

CDI aponta riscos na decisão

JOZAFÁ DANTAS

Com o gesto dos sete países latino-americanos de enviarem uma carta aos países ricos, por ocasião da reunião de cúpula das sete nações mais industrializadas do mundo ocidental, advertindo para os perigos que poderão surgir se certas medidas não forem adotadas urgentemente, a palavra moratória voltou a ser utilizada fortemente pela sociedade brasileira. Essa palavra, entretanto, não existe no vocabulário do secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI/MIC), Getúlio Lamartine. Ele entende que a moratória prejudicaria todo o setor industrial.

"Seria a pior solução possível para resolver o problema da dívida brasileira" — observa Lamartine. Por essa razão, ele enfatiza que a sociedade brasileira não deveria falar em moratória. Apesar de o País importar pequenas quantidades de matérias-primas, o secretário executivo do CDI acha que todos os setores seriam prejudicados, porque a produção industrial depende, em maior ou menor grau, de importação de algum componente ou insumo. Algumas compras no exterior são feitas de forma compulsória, lembrou Lamartine, porque os produtos, às vezes, não têm similar nacional. Certos componentes são fabricados por apenas um produtor no mundo, e muitas vezes improvisar uma substituição por similar nacional seria difícil.

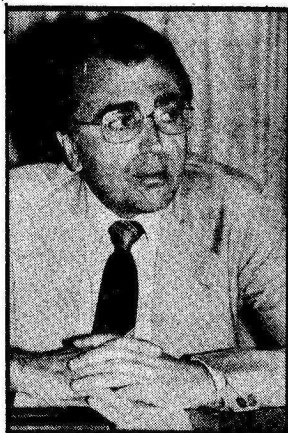
Declarada uma moratória unilateral, os setores mais prejudicados, explicou Lamartine, seriam os consumidores de

química fina, de maneira geral, e de produtos de alta sofisticação tecnológica, como os equipamentos eletrônicos. Alguns insumos da indústria mecânica e elétrica dependem de importação por não ter similar nacional. Ele cita também como exemplo o caso do vidro. Para a sua produção é utilizado um "pouquinho" de uma matéria-prima chamada porax. Este, é um insumo que não existe no País, e tem de ser importado compulsoriamente.

Lamartine continua com seus exemplos. Para fabricar uma televisão é necessário importar uma "chapa furadinha, que se chama máscara". Somente dois produtores dispõem dessa matéria-prima no mundo inteiro. Por isso, que ele volta a repetir que a "moratória seria uma péssima solução para o caso brasileiro".

Mas a nacionalização de equipamentos? Não seria uma boa hora para começar a tomar medidas nesse sentido? Lamartine lembra que nacionalizar em excesso aumenta o custo de produção, de maneira "terrível". A partir de um determinado ponto, segundo as explicações do secretário, para nacionalizar um produto, seu custo seria aumentado em três ou quatro por cento. Isso dependeria mais do setor industrial. Diante do aumento dos custos, o mercado interno ficaria restrito apenas à classe de maior poder aquisitivo.

O secretário do CDI diz que é muito difícil falar qual o grau de nacionalização da indústria nacional, mas observa que a indústria de bens de capital



Lamartine

atende de 85 a 90 por cento das necessidades do mercado interno. E neste ano, pela primeira vez na história do setor no País, as exportações serão superiores às importações.

Mas, de acordo com Lamartine, existe uma diferença muito grande entre o que é legalmente nacional e o que é realmente nacional. Qual o índice de nacionalização do arroz produzido em Goiás? Pergunta o secretário, para responder que o brasileiro pensa que é de 100 por cento. Mas ele considera errado esse pensamento, porque o produtor utilizou fertilizante, defensivos e equipamentos, que, em parte, é de tecnologia importada.

Se, por um lado, existe o aspecto favorável da segurança do consumidor, por outro há o impacto, muito significativo, da elevação dos preços, argumentou Lamartine.

Quanto ao impacto negativo que a moratória teria nas importações de petróleo, Lamartine analisou o que poderia acontecer se os fornecimentos fossem suspensos ou reduzidos drasticamente. O

governo não tem nenhum estudo que indique um combustível que possa substituir o petróleo, lembrou Lamartine. Por isso, o País vai continuar dependendo do óleo para atender a cerca de 50 por cento de seu consumo. Apesar dos esforços que o governo vem fazendo para substituir a gasolina por álcool, ainda existem setores que dependem exclusivamente do petróleo, como é o caso do transporte rodoviário, que é movido exclusivamente a óleo diesel. E cerca de 80 a 90 por cento das mercadorias são transportadas por via terrestre, justificou Lamartine.

CRESCIMENTO

Apesar de todos os rumores sobre a possível moratória, Lamartine mostrou-se bastante otimista com relação ao possível crescimento da produção industrial neste ano. Ele voltou a afirmar que o produto poderá crescer cerca de 3 por cento, de acordo com as evoluções atuais. Muitas são as razões que levam o secretário à sua previsão otimista.

As exportações estão crescendo, e somente nos cinco primeiros meses deste ano, já foram aprovados compromissos de US\$ 3.411 bilhões, por via da Comissão Para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (Beflex). Ele acha que será aprovado um volume grande, ultrapassando a meta de US\$ 4 bilhões prevista para este ano. Já existem registrados na Beflex compromissos superiores a US\$ 75,7 bilhões.